

O “Pós-Neoliberalismo” e a Reconfiguração do Capitalismo na América Latina¹

Beatriz Stolowicz²

O Novo Momento Latino-Americano

Ao terminar a primeira década do século XXI, nos encontramos em um momento complexo na América Latina, para o qual as arengas ou expressões de desejo não alcançam. Sem perder de vista as grandes possibilidades de disputa de projetos que se abriram na região, as preocupações que indicávamos no final de 2007 sobre os governos de esquerda³ parecem estar confirmadas quando dizíamos que nestes processos em construção “o movimento não é tudo” – rebatendo Bernstein – e que sua direção é decisiva; que a direita colocou todos os seus recursos econômicos, políticos, militares e simbólicos para disputar e definir essa direção, e que resta saber se as forças que aspiram à igualdade e à emancipação humana efetivamente as disputarão. Um requisito para isso é ser claro sobre o terreno da disputa.

Nos últimos anos, as discussões sobre a América Latina se concentraram nessas novas experiências de governo, como é lógico, com grande entusiasmo, a ponto de se tornar moda parafrasear que se trata de uma “mudança de época”.

Os triunfos eleitorais da direita foram considerados uma exceção, não muito bem explicada, e, às vezes, endossado a um ultraesquerdismo atávico. O final da década produz certa perplexidade ao comprovar as falências de tais

1 Escrito em 2011. Publicado em: Beatriz Stolowicz, *A contracorriente de la hegemonía conservadora*, Bogotá, Espacio Crítico Ediciones, 2012.

2 Professora-Pesquisadora da Área *Problemas de América Latina*, Departamento de Política e Cultura, Universidade Autónoma Metropolitana Unidade Xochimilco, México. Contato: beastolowicz@yahoo.com.mx

3 Em Beatriz Stolowicz (Coord.) *Gobiernos de izquierda en América Latina. El desafío del cambio*. Bogotá, Ediciones Aurora, 2007.

apreciações volicionais. O avanço da direita em alguns países, os sinais de estagnação na captura do eleitorado pela esquerda onde ela já governa, e o refluxo nos impulsos de mudança levaram a repensar as análises sobre a região.

Sobretudo nos cinco anos anteriores, dada a natureza inédita da conjuntura pelo protagonismo popular e por seu conteúdo ético, as análises sobre a América Latina focalizaram a democratização dos regimes políticos e os processos constituintes onde a esquerda e centro esquerda governam. A maioria delas eram análises eminentemente superestruturais, em que o aparato estatal foi assimilado ao poder do Estado, e a autonomia foi atribuída ao político, deixando de fora a análise estrutural da reprodução econômica e das classes (embora, às vezes, este último tenha implicitamente aparecido na forma de um possibilismo político). Portanto, foi rejeitado que cada modelo econômico requer um certo modelo político e social, que esse não pode ser pensado à margem daquele além da retórica ou das lideranças carismáticas.

Num segundo plano, permaneceram as análises originadas nos países onde, há muito tempo, é executada estratégia para estabilizar política e socialmente a reestruturação capitalista neoliberal. Situados necessariamente em uma temporalidade mais prolongada e numa articulação analítica mais clara entre economia e política, a partir dessas análises era possível observar fenômenos análogos a alguns dos processos progressistas. Apesar disso, o era de difícil interlocução. Agora começa a haver um terreno comum de preocupação com o padrão de acumulação extrativista primário-exportador e financeirizado sob o domínio transnacional, que é impulsionado, garantido e financiado pelos Estados latino-americanos. Que, salvo algumas exceções ou nuances e, por isso, muito valiosas, é realizado em todos os países da região, apesar das diferenças sociopolíticas ou até mesmo explorando a maior legitimidade dos governos de esquerda ou de centro-esquerda para executá-lo.

Embora a convergência de preocupações seja mais recente, o fenômeno não é novo. Há mais de uma década que, após as crises financeiras (particularmente as de 1995 e 1997), massas de capital excedente em risco de desvalorização na especulação procuram reciclar-se na acumulação por

despossessão⁴ com espoliação territorial, tanto no saque dos recursos naturais quanto na superexploração da força de trabalho; e que buscam recuperar a acumulação ampliada mediante a construção de infraestrutura – de rotação mais lenta, mas assegurada pelo Estado –, que, por sua vez, aumenta a acumulação por desapropriação com o barateamento da extração dessas riquezas naturais. Não nos esqueçamos de que a IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana) e o Plano Puebla Panamá (hoje Projeto Mesoamérica) já existem há uma década (desde 2007, diretamente articulados pela adesão da Colômbia a ambos).

A novidade é que também onde a esquerda ou a centro-esquerda governam, o capital transnacional encontrou ótimas condições de estabilização na crise capitalista, uma vez que também alcança isso através da legitimação política.

É novo, além disso, que em vários desses países esse padrão de acumulação – com mudanças institucionais, políticas e sociais que lhes são consubstanciais – seja promovido em nome de um “novo desenvolvimento”, com a implantação de uma retórica “neodesenvolvimentista” que explora as reminiscências simbólicas do antigo desenvolvimento redistributivo latino-americano, que não é nada semelhante. Onde a direita governa essas mesmas linhas estratégicas e suas políticas são executadas embora o rótulo de “neodesenvolvimentismo” não seja adicionado a ele.

O novo, no entanto, não surgiu por geração espontânea. Pelo contrário, sustento a tese de que estamos testemunhando um ponto de chegada da realização bem-sucedida da estratégia dominante executada durante 20 anos para estabilizar e legitimar a reestruturação do capitalismo na América Latina, denominada por seus promotores como “pós-neoliberalismo”.

Várias das perguntas sobre a evolução de projetos comumente conhecidos como alternativos, e sobre sua efetiva capacidade de disputa, encontrariam respostas mais claras em referência ou contraste com essa estratégia dominante, tanto quanto eles significam uma ruptura ou apontam a ela. Para isso, é

4 A categoria acumulação por despossessão foi cunhada por David Harvey, aludindo à prática permanente do que Marx chamou de acumulação original na atual reprodução capitalista, como um sinal do novo imperialismo.

necessário transcender o curto tempo do eleitoral, que sobredetermina as análises e as dinâmicas de projetos de mudança na região, e aumentar o foco para uma duração de tempo mais longa.

Vinte Anos de “Pós-Neoliberalismo”

Desde o início da década de 1990, a estratégia para estabilizar a reestruturação capitalista neoliberal na América Latina foi oficialmente apresentada em três etapas sucessivas: a primeira de “ajuste, estabilização e iniciação”; uma segunda de “aprofundamento das reformas estruturais”; e uma terceira fase de “consolidação das reformas e restauração dos níveis de investimento”⁵. A primeira etapa, de demolição do padrão de acumulação anterior e de suas instituições, havia sido executada nos anos 1970 e 1980, sob ditaduras militares e autoritarismo civil; a segunda e a terceira etapas tiveram que ser implementadas já sob as “novas regras do jogo” de regimes representativos, *democracias*. A ideia de uma sucessão estava mais claramente inspirada no Chile, onde a demolição do padrão de acumulação foi concluída sob a ditadura de Pinochet. Em outros países, em vez de uma sucessão, tiveram que sobrepor etapas, como, por exemplo, no Brasil e no México, sobrepondo, também, a retórica correspondente a cada um. Com um olhar retrospectivo, cabe perguntar se a terceira etapa de “consolidação das reformas e restauração dos níveis de investimento” não estaria sendo executada na primeira década do século XXI por alguns dos novos governos *progressistas*.

Definidos os objetivos, ao mesmo tempo em que a estratégia estava sendo formulada para avançar nesse caminho, cujas linhas principais abordavam as dimensões política, institucional e social para dar segurança ao aprofundamento da reestruturação capitalista, para estabilizá-la e legitimá-la. Esta estratégia multidimensional foi promovida desde 1990 pela “nova” neo-estruturalista Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal); pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), presidido pelo ex-cepalino Enrique

5 As três etapas foram formuladas em 1990 pelo chileno Marcelo Selowsky (1990, p. 28-31), economista-chefe do Banco Mundial para a América Latina e o Caribe.

Iglesias⁶, e na segunda metade dos anos noventa, também pelo Banco Mundial, com Joseph Stiglitz como economista-chefe e com o colombiano Guillermo Perry como economista-chefe para a América Latina e o Caribe⁷. Por abordar as esferas de ação que o economicismo de mercado neoclássico não contemplava discursivamente, desde o início foi apresentado como “pós-neoliberal”. Autodefiniu-se como “superação do neoliberalismo”, mas ao mesmo tempo contrário ao “populismo” (na verdade, o que eles definiram como tal). Para isso, seus intelectuais e ideólogos questionaram alguns postulados doutrinários do liberalismo econômico, que em seu entendimento deviam ser corrigidos – nunca negados –, o que em termos doutrinários era estritamente um pós-liberalismo; que foi expressado como correção – nunca negação – dos postulados ultraliberais sobre o Estado e do ultra-individualismo sociopolítico.

Desde o sistema, nas vozes de grandes empresários, políticos e intelectuais, se multiplicaram expressões de crítica ao “neoliberalismo” (tal como o definiam). Já em 1996, Norbert Lechner disse: “Nos anos noventa, a América Latina entrou em uma fase ‘pós-neoliberal’. O neoliberalismo está esgotado como uma proposta inovadora” (Lechner, 1996). Essas expressões foram oficialmente recolhidas pela Cúpula das Américas de 1998, realizada em Santiago do Chile. Apesar da retórica, o que foi aprovado não foi antiliberal, nem pós-neoliberal, mas as linhas para estabilizar a reestruturação capitalista quando se observavam sinais de uma crise de governabilidade na região.

Deve-se esclarecer, mais uma vez, que o termo “pós-neoliberal” foi cunhado desde o sistema – não por esta autora – e que conforme sua origem é utilizado neste trabalho. O interessante é que o termo “pós-neoliberalismo” estava sendo socializado dentro da “esquerda moderna” ou “nova esquerda”. Para aumentar a confusão, nos últimos cinco anos, o termo “pós-neoliberalismo” é usado para descrever os projetos dos governos de esquerda e de centro-esquerda, como um caminho que apenas se estaria percorrendo. Já afirmei,

6 As linhas mestras da estratégia "pós-neoliberal" estão presentes no documento da CEPAL: *Transformação produtiva com equidade. A tarefa prioritária do desenvolvimento da América Latina e do Caribe nos anos noventa* (1990), e com muito maior precisão no trabalho de Enrique V. Iglesias, então presidente do BID: *Reflexiones sobre el desarrollo económico. Hacia un nuevo consenso latinoamericano* (1992).

7 O manifesto pós-neoliberal para a América Latina do Banco Mundial é o famoso *Além do Consenso de Washington* (1998).

repetidamente, a inconveniência de usar o mesmo termo, cunhado pelos dominantes, para denominar ou caracterizar projetos opostos e supostamente antagônicos. Ao longo dos anos, é possível pensar que talvez não tenha sido apenas uma falta de imaginação linguística.

O pós-neoliberal é uma concepção estratégica lúcida e complexa. Ela não vê as democracias como um perigo contra a continuação da reestruturação capitalista, mas como uma oportunidade para construir consensos moderados a favor das chamadas reformas econômicas, para as quais a política e a democracia deveriam ser instrumentos de governabilidade e, claro, de integração institucionalizada da esquerda que já avançava eleitoralmente.

A estratégia requer passar por reformas estruturais – semelhantes ao Decálogo de Williamson, mas apresentadas como uma iniciativa endógena – para “aproveitar as vantagens da globalização mediante a exportação do mais abundante”. É retoricamente postulada como uma transição de vantagens comparativas ortodoxas ou “espúrias” para uma “competitividade autêntica” posterior, que inevitavelmente tinha que ser impulsionada pelo capital transnacional por sua contribuição financeira, tecnológica e por seu acesso aos mercados. Para capturar esse investimento estrangeiro devia-se garantir um clima favorável aos negócios, lucros mais atraentes, segurança jurídica, estabilidade financeira e baixo déficit fiscal, e o pagamento da dívida. Um maior ativismo estatal era necessário para fortalecer o setor privado, e para isso era necessário reformar o Estado para torná-lo “pequeno, mas eficaz”. Essa suposta transição obviamente exigiu a redução do salário real e o alto desemprego: uma plataforma a partir da qual as políticas sociais são legitimadas para fortalecer a governabilidade.

O apelo ao Estado e a essa dimensão “social” são os sinais distintivos do “pós-neoliberalismo” para se apresentar como progressista e mesmo de esquerda. A estratégia propunha que, no curto prazo, a assistência dirigida à pobreza extrema fosse implementada para absorver as tensões sociais da (primeira) “década perdida”, que além disso liquidaria a cultura de direitos, substituindo-a por uma cultura mendicante degradada e agradecida. Mas, o pós-neoliberalismo visa alcançar, em longo prazo, uma profunda reestruturação social, que seria a base para gerar consenso social em torno da reestruturação capitalista.

Essas linhas mestras foram os objetivos imutáveis do “pós-neoliberalismo” ao longo desses 20 anos. Mas a maneira de executá-los variaria de acordo com as condições concretas de cada país e na região, dependendo das demandas globais do capitalismo. O fundamental era, e tem sido, a combinação daquelas esferas de ação para que, quando tivesse problemas em um, os outros compensassem: por exemplo, se a legitimidade do sistema político ou a credibilidade da democracia falhavam, políticas sociais direcionadas ou um maior ativismo governamental deviam compensá-lo para neutralizar conflitos e construir consenso passivo ou ativo; ou, inversamente, com alta legitimidade política, as “reformas econômicas” poderiam ser promovidas com menos “gastos” nas outras esferas. Sua execução exigiu maior percepção política, flexibilidade e pragmatismo, metaforicamente levantados com expressões como “um terno sob medida”, ou “projetos em andamento” ou “trabalhos em progresso”.

Os pós-neoliberais apareciam como os questionadores da tecnocracia, quando apenas uma divisão do trabalho era estabelecida, de modo que os tecnocratas disseram o que era inevitável, e os neopolíticos, como fazê-lo de forma mais eficaz e legítima. “Neopolíticos” porque economistas e técnicos “pós-neoliberais” tornaram-se os novos especialistas e teóricos da política, democracia e governabilidade, conjuntamente com a velha *classe política*. Para viabilizar cada uma das novas ações, bem como as mudanças de ênfase ou peso específico de cada esfera em relação às demais de acordo com as circunstâncias, um exército de intelectuais estava colocando as novas “agendas temáticas” e suas respectivas retóricas sob máscaras teóricas⁸. De um modo particular, é necessário enfatizar que foram os ideólogos do sistema que impuseram as definições sobre o “neoliberalismo”, que as estavam modificando em diferentes conjunturas, de tal forma que a estratégia dominante pudesse ser apresentada como uma “alternativa” a si mesma em vários momentos ou fases⁹. Sob linhas comuns a toda a região, como pano de fundo, perfeitamente identificáveis nos temas que determinavam as orientações das ciências sociais em cada conjuntura

8 Esse pragmatismo tático explica, em grande parte, que a estratégia não poderia ser apreendida em seu desenho total, especialmente em suas fases iniciais. Uma revisão retrospectiva dos temas, das ações promovidas e dos debates esclareceria os momentos táticos da estratégia dominante.

9 Para a economia do espaço, para ver as mudanças de definições no neoliberalismo, refiro-me ao meu trabalho “El debate actual: posliberalismo o anticapitalismo” (2009) em meu livro *A contracorriente de la hegemonia conservadora* (2012).

– e as réplicas do chamado pensamento crítico, fatigantemente contestatório –, em cada país havia diferentes ênfases atribuídas de acordo com as realidades sócio-políticas específicas. Esta aparente assincronia desaparece quando tendências comuns são consideradas em um período mais longo, o que é agora reconhecido na convergência de preocupações de países com governos chamados progressistas e com governos de direita.

Isso não significa que essa estratégia dominante e conservadora (mesmo que apresentada como progressista) não tenha que enfrentar resistências e conflitos, não significa que sua execução não acumule contradições e nem mesmo freios ou retrocessos em certas conjunturas e em certos países. Existe uma dialética que não pode ser ignorada. Porém, nesses 20 anos, observamos a grande capacidade de adaptação tática, de mudança no uso de instrumentos, de modificação discursiva na execução da estratégia dominante. A ponto de transformar em "oportunidade" as contradições que a própria estratégia gera para, como eu disse, apresentar uma próxima fase como alternativa a si mesma.

A Reconfiguração Capitalista

A execução – em suas combinações particulares – das linhas mestras da estratégia para estabilizar a reestruturação capitalista em nossa região avançou apesar do fato de a América Latina ter sido o centro das rejeições e lutas contra o neoliberalismo. Avançou, até mesmo ou precisamente, porque foi feito em nome de ir além do neoliberalismo. Os passos dados há 20 anos mostram sua materialização no presente.

Os usos conservadores da política institucional através de uma democracia governável têm sido objeto de análise por parte desta autora em distintos trabalhos, aos quais me refiro, cuja matéria deve ser pensada como uma esfera funcional em relação às demais, de enorme importância. Nessa perspectiva, devemos pensar, também, no significado das mudanças ou ajustes dos regimes políticos com os triunfos eleitorais da esquerda ou da centro-esquerda, como também foi sugerido em outros trabalhos.

Em contraste com as oscilações previsíveis dos regimes políticos devido às variações eleitorais – as “regras do jogo” que são úteis para a construção de

consenso acerca dessas mesmas regras –, o objetivo de reestruturar a sociedade tem uma dimensão mais profunda e de longo prazo para estabilizar o capitalismo em sua atual fase histórica.

A reestruturação da sociedade

A reestruturação social “pós-neoliberal” baseia-se na demolição do padrão de acumulação anterior e suas relações sociais e institucionais. Desemprego e empobrecimento são concebidos como a “oportunidade” de empreender essa reestruturação e alcançar legitimidade. O objetivo central da reestruturação é dissolver os sujeitos coletivos da pugna distributiva, certamente os populares. Mas, ao contrário do discurso ortodoxo “neoliberal” sobre a liberdade individual, o “pós-neoliberal” visa a que a flexibilização e a precarização do trabalho, a terceirização através de pequenas e médias empresas (PME) e o trabalho autônomo sejam aceitos como meios legítimos para acessar à “equidade”.

O pós-neoliberalismo busca legitimar a “democracia dos proprietários” neoliberais. Esta sociedade patrimonial de indivíduos “donos” de algo que eles trocam no mercado “como se fossem livres e iguais”, isto é, sem impedimentos formais para acessar bens, serviços, atividades ou profissões, exceto o que eles podem reivindicar possuir (recursos monetários ou “capital humano”); em que a condição salarial *formal* desaparece (direitos legais individuais e coletivos, regulamentos) para converter trabalhadores em “empresários” que gerenciam sua reprodução individualmente, indivíduos responsáveis por seu destino que “investem” em sua segurança (“custos de oportunidade”), seguro de saúde, fundos de pensão, etc. com recursos de seu fundo de consumo salarial ou recursos que estão nas mãos do Estado via impostos, e que vão para o capital privado que gerencia esses fundos de poupança e seguro. Os pós-neoliberais “corrigem” os defeitos de mercado através do discurso e do método social-liberal da *equidade como igualdade de oportunidades*: apenas os deficientes e os muito pobres recebem, através de subsídios ou alocações, um mínimo não igual nem permanente que os transforma em detentores de capital humano (capacidades e habilidades empregáveis), para que possam ser incorporados no mercado e também fazer parte da democracia de proprietários. Até este ponto, o pós-



neoliberalismo não se distancia em termos práticos da ortodoxia neoliberal que inclui expressamente políticas direcionadas de “atenção à pobreza”, que permanentemente aprofundam a desigualdade, mesmo que possam temporariamente subtrair alguns da inanição. No entanto, o discurso da equidade social-liberal apresenta o assistencialismo como um veículo para a afirmação da autonomia individual e da criatividade intercambiáveis no mercado. Desse modo, nasce uma nova concepção de “justiça na sociedade como equidade”. John Rawls é o mentor por excelência.

Em seus projetos-mestres, a estratégia pós-neoliberal para dissolver os sujeitos populares da pugna distributiva também levanta outras linhas de ação que questionam discursiva ou doutrinariamente as concepções liberais ou social-liberais baseadas no indivíduo. Essas outras linhas de ação, ao contrário, reivindicam o uso de *organizações intermediárias* (entre o indivíduo e o Estado) para a gestão limitada da sobrevivência ou coexistência. E que, ao mesmo tempo, são propostas como antídoto para o enfraquecimento dos mecanismos de controle e governabilidade diante de expressões anômicas geradas pela dispersão individualista. Esse aspecto da vasta estratégia para a estabilidade da dominação se baseia nas orientações do projeto neoconservador elaborado nas décadas de 1970 e 1980 e que adquire a identidade “pós-neoliberal” nos anos 1990 com o *comunitarismo*.

Em nome de “resgatar o indivíduo solitário do neoliberalismo e ir ao encontro da comunidade perdida”, a reestruturação da sociedade é complementada e legitimada pela gestação de um *microcorporativismo conservador* de múltiplas funções: a) mantém os sujeitos populares dispersos da pugna distributiva, não questiona a distribuição da riqueza, mas permite administrar recursos limitados para a sobrevivência ou para a convivência: uma espécie de *pobreza acompanhada*; b) torna a desigualdade invisível à imagem da diversidade pluralista, envolto, entre outros, pelo manto do multiculturalismo; c) não afeta as decisões do sistema político ou do Estado, mas é percebido como “participação” e “empoderamento”. É o instrumento de coesão social (“capital social”) que pareceria impossível.

Se o social-liberalismo está associado a ações governamentais “distributivas”, devido à sua retórica, o comunitarismo social-conservador está

associado ao reinado da “sociedade civil”. Mas não com a sociedade civil liberal de indivíduos, e sim com a sociedade civil de grupos e comunidades. Não mais com “racionalidade instrumental”, mas com a “moralidade” e a “solidariedade” grupal. Não mais com o horizonte pragmático do custo-benefício, mas com a subjetividade do “reconhecimento”.

Pouca atenção é dada ao fato de que, no meio de sua poderosa retórica filosófica, os comunitaristas sustentam que a teoria neoclássica, embora reducionista, não foi superada (insuperável?) para manter os equilíbrios necessários ao crescimento econômico, que deve ser complementado e nunca negado. Mas a carga filosófica e sociológica da sua argumentação fez os comunitaristas aparecerem como opositores categóricos do liberalismo, o que aumenta sua eficácia ideológica para permear o campo das “alternativas”. E permite que eles apareçam como pensamento crítico no campo das ciências sociais, porque seu argumento aparentemente desloca o reino absoluto da economia neoclássica com a reentrada da sociologia e da antropologia, das matemáticas com os estudos culturais. O apelo a Durkheim e Karl Polanyi se torna moda, e as elaborações de conservadores como Peter Berger, Robert Putnam, Amitai Etzioni, Michael Novak ou Frances Fukuyama aparecem como referentes de uma *terceira via*.

O comunitarismo conservador é apresentado como uma expressão de um pós-modernismo nostálgico do pré-moderno (próximo aos *tories* ou aos *velhos whigs*). Na América Latina, toma forma no *solidarismo* da doutrina social da Igreja, no social-cristianismo: que reformula seus conceitos de “bem viver”, de “função social da propriedade” (ou “responsabilidade social empresarial”), de “preço justo” e outros, questionando o “liberalismo”, mas fundamentando a moralidade do capitalismo; além de ser a Igreja oficial, protagonista central na execução da estratégia comunitarista. É por isso que não é coincidência que a fase de demolição “neoliberal” tenha sido realizada com Friedman, e que a fase de estabilização “pós-neoliberal” se faça com Hayek.

Junto com o assistencialismo individualizado, na América Latina são criadas múltiplas organizações comunitárias, que assumem a forma de cooperativas e associações solidárias até universidades interculturais. Algumas dessas organizações, como foi comprovado, cumpriram funções de contra-

insurgência¹⁰. Esse mundo comunitário e solidário é cercado por uma rede de “gestores” em que a classe média profissional encontra trabalho e renda, participa da reestruturação da sociedade e se converte em um intelectual orgânico do projeto.

Ao mesmo tempo, as concepções e práticas comunitárias conservadoras cumprem um papel fundamental na reconfiguração do mundo do trabalho, por exemplo, na implementação das formas toyotistas de produção e exploração: o trabalho em equipe, com o autocontrole dos trabalhadores, em círculos de controle de qualidade; aumento da produtividade através dos estímulos morais de “reconhecimento” e “dar voz”; sentimento de pertencer à empresa, concebido como uma “comunidade de trabalho e corresponsabilidade” em que todos estão “associados”. Para esta reconfiguração das relações de produção e de trabalho, a estratégia pós-neoliberal aceita e até promove entre as organizações intermediárias um certo tipo de sindicalismo afim, “participativo” e “proativo”¹¹, que se encarrega de promover o aumento da produtividade e a assunção de parte dos trabalhadores do interesse da empresa (do capital). Com isso, diante do neoliberalismo ortodoxo que repudia o sindicalismo, o pós-neoliberalismo aparece como progressista.

A flexibilização e precarização do trabalho, consubstancial à contrarrevolução neoliberal, adota novas formas “comunitárias” que as ocultam e legitimam; por exemplo, a constituição de cooperativas que realmente descentralizam a produção da empresa-mãe, na qual a relação de trabalho e exploração é ocultada pela ilusão de propriedade comum, facilitando a autoexploração dos trabalhadores e a economia de despesas sociais ou isenções fiscais ao capital. Empresas capitalistas registradas como cooperativas que realmente terceirizam a produção de outras; ou “cooperativas” que são empresas

10 É o caso das *Asociaciones Solidaristas* na América Central, estabelecidas por lei como uma associação colaborativa entre empregadores e trabalhadores que proíbe explicitamente a existência de um sindicato; *Cooperativas Convivir de Colombia*, origem de organizações paramilitares; ou as recém-criadas Cidades Rurais em Chiapas, no México.

11 Refiro-me aos estudos fundamentais do brasileiro Ricardo Antunes sobre esse novo sindicalismo. A partir de minha pesquisa, considero que os fundamentos ideológicos e práticos que a caracterizam estão intimamente ligados à estratégia comunitarista conservadora para o controle social e a gestação do consenso.

capitalistas para a contratação precária de trabalho (*maquila de nómina*) e até para fornecer “serviços sindicais”.

Este é o mundo das pequenas e médias empresas, promovido pelo pós-neoliberalismo como uma alternativa de trabalho independente e horizontalidade da comunidade, que em alta proporção é um instrumento para a insegurança no emprego, indicando qual é o verdadeiro conteúdo da propaganda de que “PME criam empregos”¹².

A utilidade do social

A “vocação social” do pós-neoliberalismo foi explícita nas modalidades que adotou, desde cedo, como Economia Social de Mercado no Chile, com os governos da *Concertación* desde 1990; como Estado social de direito na Colômbia após a Constituinte de 1991; e como Liberalismo Social no México, promovido por Carlos Salinas de Gortari desde dezembro de 1988 e formalizado em 1992 como uma doutrina do governo. O Programa Nacional de Solidariedade, de Salinas, apresentado em dezembro de 1988, foi um precursor da reconfiguração pós-neoliberal da sociedade combinando assistencialismo e organização comunitária, em perfeita harmonia com o solidarismo do Vaticano, com quem o governo restabeleceu relações diplomáticas (rompidas desde 1867). As distintas denominações dão conta da área prioritária para articular e legitimar a estratégia, assunto muito interessante que não pode ser tratado aqui. E a esta altura de nossa análise, já não deveria chamar a atenção para o fato de que esses três casos paradigmáticos do pós-neoliberalismo inicial, de “vocação social” explícita, tenham exibido uma poderosa capacidade de cooptar setores da esquerda, para transformar a sociedade de maneira conservadora, e para lubrificar a entrega da administração do estado à direita tradicional.

O “Estado social” pós-neoliberal, ao tempo de “reformular-se”, obteve o apoio dos empresários que entenderam *altruisticamente* que, além de sua razão “moral”, os gastos sociais têm uma utilidade econômica. O *progressismo pós-neoliberal* tornou-se, assim, um grande negócio capitalista.

12 O presidente da *Asociación Latinoamericana de Micro, Pequeña y Mediana Empresa*, Francisco dos Reis, na reunião de economistas de Havana, em março de 2010, reconheceu que a direita e o capital têm “vencido e neutralizado” o setor.

Os empresários fornecem os serviços sociais que o Estado não fornece mais, mas financia, transferindo assim parte do fundo de consumo dos trabalhadores e dos consumidores pobres – que não deduzem impostos – diretamente para a acumulação de capital. Em algumas áreas, o Estado até diminui seus gastos com o co-financiamento dos usuários ou clientes, como são agora chamados, sob o critério de “corresponsabilidade”. O campo do social é o que materializa a “associação Estado-mercado-sociedade” (o “lar público” de Daniel Bell, o “terceiro setor”). Com essa associação, os pobres e as classes médias financiam os extremamente pobres; o grande capital acumula legitimado por seus serviços pelo “novo bem-estar”; e os governos ganham clientelas eleitorais. Se produz o milagre que “todos ganham”, embora o capital esteja concentrado e a desigualdade aumente. Esse é um dos fundamentos dos acordos de “unidade nacional” recentemente impulsionados no Chile, pelo presidente Sebastián Piñera, e, na Colômbia, pelo presidente Juan Manuel Santos. Outros acordos tácitos de unidade nacional estão na agenda dos governos *progressistas*, por exemplo, no Uruguai.

Uma seção especial exigiria a análise do local como espaço de articulação das distintas esferas na estratégia pós-neoliberal. É o *lócus* da associação Estado-mercado-sociedade; da “gestão social” de organizações não-governamentais; de “participação” e de “empoderamento” comunitaristas e solidaristas. Viabiliza a “descentralização” (desconcentração na realidade) do Estado que entrega à provisão de funções sociais ao capital enquanto concentra as decisões econômicas no Banco Central e no Ministério da Fazenda (o “*bunker* hegemônico”, como tem caracterizado Jaime Osorio). É o espaço de menor resistência para a acumulação pela desapropriação transnacional, batizado de espaço “glocal”. É também, com todos esses componentes, a escola pós-neoliberal, na qual a esquerda começa a aprender o novo sentido do público, da “governança”, de um novo “estilo de governo”, que se aplicará nas áreas nacionais quando triunfa eleitoralmente. A onipresença do financiamento por parte do BID a projetos locais de governos progressistas é um indicador de seu papel estratégico.

A importância do Estado e a reconfiguração do poder

Tanto pelo seu apelo ao social quanto pela importância explicitamente atribuída ao Estado, é que a estratégia de estabilização capitalista aparece como pós-neoliberal. Para alguns, seriam as duas características típicas da social-democracia. Ou de sua versão modernizada como Terceira Via, uma “nova esquerda” com sua senha: “tanto mercado quanto possível, tanto Estado quanto necessário”.

O Estado é um ator central como suporte institucional e material de todos os aspectos da estratégia, fazendo uso intensivo de suas potestades coercitivas. Este é o reino do neoinstitucionalismo. Este é conhecido principalmente pelas funções governamentais multiplicadas para garantir a governabilidade por meio de políticas públicas: governança para governabilidade. A *good governance* traduzida como governança é medida pela sua eficácia em garantir o controle social e criar um consenso ativo e passivo, e por transferir riqueza para o capital. Mas quando falamos de neoinstitucionalismo, a função de estatal instituinte é da maior importância, através do uso intensivo do direito positivo para converter a estratégia de acumulação por despossessão em Estado de Direito. A desapropriação é legalizada, tudo é feito dentro da Lei, e com um poder judicial ativo que sanciona seu descumprimento.

O Estado “pós-neoliberal” enfatiza sua função subsidiária: por um lado, financiar o capital – que não investe ou arrisca – com recursos novos, isenções e privilégios fiscais, serviços gratuitos e infraestrutura, em uma modalidade de zona franca permanente; por outro lado, oferecer todos os tipos de segurança jurídica e política: contratos muito longos, garantias para a remessa de lucros para o exterior, garantias de que não serão afetados por desapropriações ou disputas trabalhistas, *et cetera*.

Esta função ativa do Estado a serviço do capital foi apresentada desde 1996 sob a fórmula de “pós-privatização” (Perry, Burki, 1998): parcerias público-privadas. Eles operam em tudo: na construção de infraestrutura, nos serviços sociais (agora também no ensino superior), na exploração dos recursos naturais. Em relação a este último, o direito cumpre uma importante função que estabelece a distinção entre direitos de propriedade e direitos de uso, permitindo a exploração privada mesmo se a propriedade estatal é mantida sobre eles, seja porque, por razões políticas, não foram privatizadas ou mesmo quando foram re-

nacionalizadas. Nos últimos cinco anos, foram promovidas leis específicas de parceria público-privada que, independentemente de cenários políticos, institucionalizam permanentemente essa função de estado subsidiário; a transferência de recursos públicos para a duração dos contratos, independentemente de decisões parlamentares ou governamentais; e a "nacionalização" legal do capital transnacional, que já não requer um recurso aos órgãos internacionais de resolução de controvérsias.

Este é a trama institucional para o padrão predador, de acumulação primária exportador extrativista, financeirizado, nas mãos do grande capital; que se baseia em vastas monoculturas transgênicas, em mineração especialmente a céu aberto, na exploração de energia como petróleo, gás, hidroeletricidade, na expropriação da biodiversidade, e na construção de um sistema multimodal de transporte e comunicação para baratear sua extração. Todas essas atividades requerem o controle do território, com a desapropriação de povos, camponeses, pequenos proprietários e comunidades indígenas, para as quais a militarização e o paramilitarismo operam quando necessário. Este padrão extrativista está conectado com a especulação financeira (assim como esta com as funções "sociais").

A esse serviço, as parcerias público-privadas também atingem aquelas que foram definidas como esferas exclusivas do Estado no exercício do monopólio da força. A segurança, que era uma função privativa do Estado, também é fornecida pelo setor privado com financiamento público, na função policial, nas prisões e nas funções militares.

Em países com governos progressistas, onde essas transformações institucionais, a serviço do grande capital, são apresentadas como parte de um "novo desenvolvimento" e do "interesse nacional", suas implicações são negligenciadas e se prioriza o "saldo positivo do modelo" na reativação econômica de curto prazo: porque produz empregos temporários; onde os impostos são exigidos, produz recursos fiscais para derrubar o assistencialismo social; cria uma nova fração burguesa contratante com o Estado nos serviços periféricos ao grande capital (que não é exatamente uma nova burguesia nacional porque compartilha os objetivos do capital transnacional, do qual é satélite econômico e ideológico), além de beneficiar um segmento profissional em tarefas

técnicas, de marketing, administração e gestão. Por estrito interesse econômico, esses segmentos e classes sociais dissimilares dão apoio político aos governos “neodesenvolvimentistas”.

A imagem dos presidentes exercendo um poder bonapartista sobre todas as classes, beneficiando todos e recebendo de todos sua adesão, qual personificação da unidade nacional, longe de sugerir um momento de "equilíbrio estático catastrófico entre forças com poder orgânico equivalente" (Gramsci)¹³, faz pensar antes na subordinação ou absorção de uma das forças pela ou pelas outras. Deve-se ter em mente que a estratégia pós-neoliberal avançou mais onde a esquerda foi enfraquecida como uma força de horizonte anticapitalista e onde a independência das organizações de classe popular foi enfraquecida; avançou mais onde as conquistas e os direitos sociais e políticos foram mais destruídos ou onde o empobrecimento impactou mais, e é da profundidade desse abismo que as ações sociais dos governos brilham muito mais; deve-se também ter em mente que as conquistas do pós-neoliberalismo são medidas pela elevação dos lucros capitalistas e pelo aumento do conservadorismo na sociedade. Não é, precisamente, uma equivalência de forças com o capital sobre as quais se coloca por cima, como árbitro, o presidente.

Tanto nesses países “neodesenvolvimentistas” com governos progressistas, como naqueles em que a estratégia é executada sem esse fardo discursivo, há uma reconfiguração da sociedade e o exercício do poder capitalista com efeitos de longo prazo, o que não podemos explicar com os conceitos tradicionais da teoria política. Por um lado, rompe-se com os fundamentos do Estado liberal moderno que formalmente estabelece, para sua universalização, a separação entre o público e o privado; tanto é assim que o conceito de corrupção perde significado. Não é só que não há autonomia relativa do Estado, mas é um novo patrimonialismo com a qual o privado domina direta, aberta e legitimamente o

13 Sobre a conceituação de Antonio Gramsci de cesarismo ou bonapartismo, cf Gramsci, 1981, p.65-68. Atualmente não estamos em um momento semelhante àquele, durante a Revolução Mexicana, no qual Álvaro Obregón empreendeu reformas trabalhistas e deu espaços de poder estatal aos trabalhadores da Confederação Regional de Trabalhadores do México (CROM), organização que ele promoveu, para limitar a força dos sindicatos independentes, impondo condições às diferentes frações da burguesia que queriam controlar o Estado, e aos Batalhões Vermelhos do CROM para combater as tropas da Divisão Norte comandadas por Pancho Villa. Esse equilíbrio de forças construiu Bonapartisticamente em troca da subordinação funcional do CROM, pela qual os trabalhadores logo pagaram mais.

público. Portanto, parcerias público-privadas não são sinônimo de economia mista. Com o pós-neoliberalismo, estamos diante de uma espécie de *Estado neo-oligárquico transnacionalizado de direito*, abertamente orientado para o grande capital (transnacional), mesmo quando financia o social. Mantém o envelope das formas liberais como eleições periódicas e três poderes, mas que são subordinadas ao capital pelo "interesse nacional do desenvolvimento" (que é desnacionalizante) e delimitadas pela juridização da política e da economia.

Em alguns de nossos países, esse Estado compartilha as características do antigo Estado oligárquico, em que a classe que domina economicamente é também a fração *reinante* no Estado – para usar um conceito de Poulantzas – tanto nos partidos representados no parlamento como na alta burocracia. A pergunta que deve ser feita é se, sob a estratégia pós-neoliberal, que tem como eixo o controle da sociedade e da política, o Estado mudaria sua natureza porque a fração reinante vem de outras classes ou grupos sociais. A democratização do regime político ou as mudanças de pessoal no aparato estatal não são suficientes para analisar o balanço de poder, sem ignorar a importância que eles podem ter para modificar o poder do capital.

Estamos também enfrentando uma reconfiguração da dominação em termos de mediações sociais, que existem. Em vários dos nossos países, as mediações tradicionais foram destruídas nas relações políticas de classes, mas outras mediações foram construídas para a governabilidade. Embora sejam muito diferentes das clássicas, se produzem governabilidade, isso significa que não é um "estado falido", como o Estado mexicano tem sido caracterizado falaciosamente. As políticas assistencialistas desempenham um papel de mediação. A legitimação do poder também é feita através da questão da segurança: a insegurança é induzida e explorada para validar o exercício da força pública e privada. Novos inimigos foram construídos, alguns muito difusos, não apenas o chamado terrorismo que também alude às lutas sociais contra a despossessão capitalista, mas também, por exemplo, epidemias. No México, a população do Distrito Federal, a mais crítica e politizada do país, em abril de 2009, voluntariamente se submeteu ao estado de sítio pela AH1N1. A manipulação da insegurança é feita sob os fundamentos de uma nova doutrina de segurança nacional garante dos direitos do capital, agora civil ou democrática.

Que dá novamente as forças armadas um papel protagonista e de liderança na defesa da ordem capitalista, apesar do fato de que nas democracias elas teriam supostamente retornado para seus quartéis.

A “mudança de época” que foi proclamada como caracterização do novo momento latino-americano aludia também a um enfraquecimento imperialista na região. Apesar de estarmos em um momento incomparável na história da América Latina devido ao número de expressões governamentais de maior distância do governo dos Estados Unidos, há também uma necessidade de rever as avaliações que foram feitas nos últimos anos sobre os graus de subordinação ou autonomia em relação ao imperialismo, pensados apenas pela diplomacia. A partir dos reducionismos analíticos sobre o imperialismo, ultimamente concebidos apenas como uma relação de dominação de um Estado sobre outro, perdeu-se de vista o fato de que o imperialismo é essencialmente o domínio molecular do capital financeiro (com isso quero dizer a fusão potencializada de todas as suas formas de reprodução e concentração), que utiliza o poder de seus Estados para sua penetração territorial, para a exportação de capital, mercadorias e tecnologia, para a apropriação das riquezas naturais e da mais-valia. Visto desta maneira, o “neodesenvolvimento” não implica uma diminuição do poder imperialista, mas o contrário. O peso internacional e geopolítico das “economias emergentes” (como o Brasil em nossa região) também tem a ver- embora não somente – com o capital transnacional se expandindo através de associações e fusões que se triangulam a partir desses espaços geográficos e apoios estatais; através do qual muda a sua “bandeira”, o que facilita a negociação política e o uso de prerrogativas multilaterais regionais.

Um Ponto de Chegada

Sustento a tese de que estamos testemunhando um ponto de chegada na estratégia dominante promovida por 20 anos para estabilizar e legitimar a reestruturação capitalista, cujo objetivo foi transformar a América Latina em um espaço vantajoso, seguro e estável para a reprodução do capital; portanto, um espaço para a estabilização do capitalismo, em crises cada vez mais frequentes.

Com exceção de alguns países como o México, a região se destacou por “resistir” melhor ao ataque da crise que eclodiu em 2008. Beneficiou-se do aumento dos preços das matérias-primas e da energia que exporta. Em alguns países com governos progressistas, as maiores mediações políticas e as pressões eleitorais pressionaram esses governos a manter o ritmo dos “gasto social”, o que mitigou os efeitos das crises sobre trabalhadores e consumidores pobres; embora, se constate aumento de renda, a situação não melhorou no saldo da distribuição de riqueza, que continua concentrada¹⁴. O aumento do consumo individual, em quase todos os países, está sobretudo com endividamento. A fim de conter a queda do crescimento, os megaprojetos de infraestrutura e o investimento transnacional nas atividades de exportação extrativista se intensificaram em todos os países. O grande beneficiário desses sucessos conjunturais foi e continua a ser o grande capital transnacional, seja de origem externa ou com “sementes crioulas” (empresas translatinas), com efeitos benéficos para seus parceiros locais e para as frações da classe média periférica. Eles são os sucessos usados como endosso às orientações atuais, mas essas brisas frescas incitam tempestades severas.

A reconfiguração do poder capitalista em nossa região é acompanhada pela gestação de uma nova hegemonia burguesa. Isso é expresso na legitimação do neo-desenvolvimento transnacional, que é como eu prefiro chamá-lo; na legitimação de uma concepção do Estado como suporte material e institucional para esse neo-desenvolvimento transnacional; e na legitimação de uma reestruturação social em nome de um “novo bem-estar”, que não se baseia em direitos coletivos universais, mas na peculiar igualdade de oportunidades que descrevemos. Essas tendências e suas ideias hegemônicas são muito mais visíveis onde governa a direita e em alguns países com governos progressistas, mas pressionam para se impor também onde a esquerda governa. Até que ponto eles conseguiram isso, é uma medida da disputa do projeto.

14 Embora a Venezuela ainda dependa da extração de petróleo, ela não segue a lógica ou a estratégia "pós-neoliberal" nos termos descritos, sendo observadas melhorias na redistribuição da riqueza para maiorias: o Coeficiente de Gini (distribuição de renda) passou de 0,4865 em 1998 para 0,3898 em 2010, segundo o Instituto Nacional de Estatística, colocando a Venezuela como o país com a menor desigualdade na região (exceto Cuba).

Uma manifestação dessa nova hegemonia burguesa é que, no período de maior crítica e interpelação do capitalismo por seus efeitos devastadores sobre a humanidade e o planeta, na América Latina se pensa fundamentalmente do ponto de vista do capital. Em muitos casos, pensa-se do ponto de vista do capital também quando se fala em socialismo. Isso não surpreenderia no século XIX, quando o socialismo era entendido como o próprio movimento do capitalismo com algumas reformas sociais, nem surpreenderia Schumpeter, que esperava que um “socialismo responsável” garantisse o desenvolvimento suave do capital. Mas terá que nos fazer refletir sobre as metamorfoses do chamado pensamento crítico. Em particular, sobre a influência efetiva do “pós-neoliberalismo” na definição de alternativas.

Novas Perguntas

A função do “pós-neoliberalismo” para a estabilização e legitimação da reestruturação (neoliberal) do capitalismo justifica perguntar se faz sentido estabelecer uma diferenciação entre o pós-neoliberalismo e o neoliberalismo, uma vez que seus objetivos são os mesmos. O problema que enfrentamos vai além, assim como a pergunta anterior, devemos nos perguntar se é conceitual e descritivamente apropriado continuar falando sobre o neoliberalismo, ou sob quais precisões. Uma vez que o “neoliberalismo” não constitui uma categoria de análise ou um conceito com eficácia descritiva invariante, e ao longo de seus vários usos, a ofensiva hegemônica dominante foi montada.

Como apontei em um artigo de 2009¹⁵, o pós-neoliberalismo é para o neoliberalismo, como são as “reformas” empreendidas pelo capitalismo para estabilizar suas “revoluções” (contrarrevoluções) ou reestruturações. Faz parte de sua consolidação, mas não é idêntico nos meios e, acima de tudo, em argumentos doutrinários.

A “reforma” estabilizadora pós-neoliberal é feita apelando à *oposição em uma tríade*, o que permite que ela se apresente como o “terceiro progressista”. É uma *revolução passiva* que recolhe discursivamente as demandas dos oponentes

15 Beatriz Stolorowicz, “El debate actual: posliberalismo o anticapitalismo” (2009), em *A contracorriente de la hegemonia conservadora* (2012).

do neoliberalismo, expropria sua linguagem, esvaziando-a de seu conteúdo transformador. O pós-neoliberalismo assume a “crítica do neoliberalismo” para “corrigi-lo”, ao mesmo tempo rejeita o marxismo e apresenta como progressistas elaborações neoconservadoras. O grave é que os argumentos e ações “anti-neoliberais” elaborados pelo neoconservadorismo podem ser confundidos com o discurso e com algumas das práticas historicamente associadas às aspirações emancipatórias, e avançaram na desnaturação de algumas de suas formas organizativas, seus conteúdos e objetivos. Não apenas os neutralizam, mas os transformam em engrenagens da hegemonia dos dominantes.

O neoliberalismo e o pós-neoliberalismo não são sucessivos movimentos pendulares de correção em excesso para recuperar o equilíbrio (como “progresso”), como formulado pela *teoria do pêndulo* elaborada a partir do capitalismo para explicar seu devir. Essa “teoria” esconde o fato de que após cada correção há uma maior concentração e centralização de capital, o que cria contradições e crises. A tarefa incessante da reprodução capitalista é derrubar ou iludir as “barreiras” que o próprio capital impõe. Em certos momentos, ao fazê-lo, produziram reestruturações que qualitativamente modificam toda a reprodução capitalista. Este não é o caso.

Nos *Grundrisse*, Marx apresentou essa ideia, que sintetizei no citado trabalho de 2009, e que reproduzo extensivamente para sustentar meu argumento. Marx considerou o capitalismo como uma “força destrutiva” de tudo o que o limita, portanto “revolucionário”, que derruba todas as barreiras que se apresentam: natureza, territórios, necessidades humanas, leis, costumes. “Pela primeira vez, a natureza se torna puramente um objeto para o homem, em uma coisa puramente útil; deixa de ser reconhecido como um poder para si mesmo; mesmo o reconhecimento teórico de suas leis autônomas aparece apenas como uma artimanha para sujeitá-lo às necessidades humanas, seja como objeto de consumo ou como meio de produção”. E ironicamente ele reafirmou assim: “*Hence the great civilising influence of capital*” (“Eis a grande influência civilizadora do capital”). Mas essas barreiras não são realmente superadas – prossegue – porque, com sua expansão universal, os capitais as reintroduzem, com novas contradições: “A universalidade a que ela [força destrutiva do capitalismo] tende incessantemente encontra obstáculos em sua própria natureza,

que em certa etapa do desenvolvimento do capital será reconhecido como a maior barreira para essa tendência". A tendência à superprodução de crises é inerente à natureza do capital para "pular as barreiras", porque precisa constantemente de "mais-trabalho", "mais-produtividade" e "e mais-consumo". Mas o mais-consumo está em contradição com o mais-trabalho que cria mais-valia: o capitalista vê os outros assalariados como consumidores, mas ele procura reduzir o trabalho necessário dos seu e, com isso, seu fundo de consumo. O capital quebra permanentemente "as proporções" devido à "coerção à qual o capital alheio a submete", isto é, a concorrência. O consumo insuficiente do produto excedente significa que essas forças produtivas são supérfluas. Por isso, a tendência expansiva do capital é um constante "colocar e tirar forças produtivas": a "tendência universal" do capital é colocá-las no lado da oferta (troca livre), e isso é confrontado com a "limitação particular" do consumo insuficiente do produto excedente, que procura extrair forças produtivas, "colocar um freio nas barreiras externas e artificiais, através de costumes, leis, etc." (ou *regulamentos* como é dito atualmente). Mas o capital procura quebrar essas barreiras novamente e recria as forças produtivas supérfluas (desvalorização) e, mais uma vez, tem que enfrentar uma "disciplina que é insuportável, nem mais nem menos que as corporações". Por esta razão, Marx diz: "ao contrário do que dizem os economistas, o capital não é a forma absoluta do desenvolvimento das forças produtivas" (Marx, 1971, pp.362-367 e 402).

Nessas décadas, o capitalismo demonstrou capacidade de derrubar ou escapar de barreiras, o que fez com o pragmatismo e a flexibilidade, combinando práticas que são justificadas a partir de distintos aspectos doutrinários ou teóricos do pensamento burguês. A estratégia pós-neoliberal tem buscado eliminar as barreiras políticas, sociais, institucionais e de "criação do espaço"¹⁶, abrindo caminho para que o capital avance sem obstáculos. Assim, cada êxito "pós-neoliberal" permite um avanço "neoliberal", não é a rigor um "retorno" ao

16 Em um livro também publicado em 2009, que acaba de chegar às minhas mãos, David Harvey analisa a atual dinâmica capitalista abordando também o tema da eliminação ou evasão de "barreiras" e as novas que ele vem colocando na busca de um crescimento médio de 3 por cento, apontando especificamente para as ambientais, de mercado, de lucro, de reconfiguração espacial da geografia da produção. Isso inclui tanto o acesso a matérias-primas e mão-de-obra barata, como novos espaços para o Estado financiar o capital e estabelecer mecanismos institucionais para garantir o fluxo e a acumulação de capital, Cf. Harvey, 2009.

neoliberalismo. Daí a confusão que provoca a simultaneidade de discursos aparentemente opostos.

À primeira questão sobre se faz sentido diferenciar o pós-neoliberalismo do neoliberalismo, é possível responder que, se partirmos da reprodução capitalista (exploração-espoliação-dominação) como unidade de análise, não seria necessário lidar de maneira particular com suas diferenças discursivas ou táticas, que fazem a totalidade complexa da reprodução capitalista. Mas, dada a função do pós-neoliberalismo na *revolução passiva* na América Latina, não podemos ignorar as especificidades que favorecem o reforço da hegemonia dos dominantes. A verdade é que esta primeira questão tem seu próprio reverso: se os objetivos neoliberais são realizados com ações e concepções que formulam críticas ao liberalismo e à teoria neoclássica que é consubstancial a ele, até que ponto é conveniente continuar falando sobre o “neoliberalismo”, pelo menos nos termos com os quais é feito hoje.

O terreno analítico é minado pelas diferentes definições de “neoliberalismo” baseadas em políticas econômicas ou postulados doutrinários. Elas ofuscam a caracterização do neoliberalismo como a contrarrevolução capitalista que visa derrubar como principal barreira o poder relativo alcançado pelo trabalho versus capital e o declínio na taxa de lucro, para o qual teve que demolir também as barreiras do espaço, políticas, institucionais e culturais, a fim de restaurar um poder de classe ilimitado dos capitalistas. Já são quatro décadas de demolição-reestruturação com esse objetivo. E como estamos vendo com o manejo da crise capitalista, por enquanto não se vislumbra uma forma de reprodução capitalista distinta. A maior concentração e centralização de capital que já ocorreu nesses anos de crise colocará de forma potencializada novas barreiras ambientais, energéticas, de matérias-primas, de consumo, de lucro, de produção geográfica do capital etc., como afirma Harvey. Para derrubá-los ou driblá-las, o capital exigirá maior subordinação e dependência da América Latina, gerando maiores contradições sociais e políticas e um previsível conflito crescente. Isso em si mesmo será uma nova barreira para derrubar ou iludir pelo capital. Soluções de força estão na ordem do dia, e aí está a militarização de nossa região, não só pelos Estados Unidos, mas também pelos exércitos nacionais sob uma nova doutrina de segurança nacional civil.

Mas não sabemos de que outras formas as forças do capital procurarão eliminar ou iludir as novas barreiras. O que aconteceu nessas décadas não autoriza subestimar a capacidade da classe dominante de encontrar maneiras de fazê-lo. Isso coloca sérios desafios para detectar tais “inovações” no tempo, a fim de reduzir a distância entre os processos socio-históricos e sua interpretação adequada para aumentar a resistência e o avanço de nossos povos.

As duas últimas décadas devem nos ensinar que a conservação do capitalismo é perseguida com uma diversidade de fontes doutrinárias e teóricas, e que, nesse sentido, não existe um “pensamento único”. Também é útil assimilar que os objetivos capitalistas compartilhados são realizados de diferentes maneiras, o que requer um estudo concreto e permanente da realidade concreta. A pregação ética não é suficiente. Mas para que essas formas sejam inteligíveis como mecanismos de dominação, não se pode perder de vista os processos profundos que as demandam, articulam e modificam; isto é, a unidade de análise deve ser a reprodução capitalista e o anticapitalismo como um horizonte epistêmico e político. Este é o que pode finalmente evitar as limitações contestatórias (em resposta a uma iniciativa dominante permanente), inerentes à falta de um horizonte próprio. Só assim teremos a base da contra-hegemonia, e não apenas uma crônica do que já aconteceu.

Quando se fala em gerar contra-hegemonia, também é necessário repensar seu alcance e conteúdo. Não se trata mais apenas de superar as concepções das elites econômicas, políticas e intelectuais, ou do individualismo em suas diferentes manifestações. A hegemonia dos dominantes é também realizada através da manipulação de formas de organização e práticas populares “anti-liberais”, com formatos semelhantes aos objetivos emancipatórios, mas de conteúdo e objetivos de subordinação. O esforço contra-hegemônico pode produzir rispidezes que não contemplamos há muito tempo.

Assumir que estamos diante de um ponto de chegada bem-sucedido da estratégia dominante complexa e lúcida não é uma opção para o pessimismo, mas uma condição para não desperdiçar as possibilidades de disputa de projetos que foram abertos na região pelas lutas populares.

Referências

CEPAL. *Transformación productiva con equidad. La tarea prioritaria del desarrollo de América Latina y el Caribe en los años noventa*. Santiago de Chile, 1990.

GRAMSCI, Antonio. *Cuadernos de la Cárcel*, volumen 5. México, Ediciones Era, 1981.

HARVEY, David. *The Enigma of Capital and the Crisis of Capitalism*. USA: Oxford University Press, 2009.

IGLESIAS, Enrique V. *Reflexiones sobre el desarrollo económico. Hacia un nuevo consenso latinoamericano*. Washington: Banco Interamericano de Desarrollo, 1992.

LECHNER, Norbert. "Estado y Sociedad en una perspectiva democrática" in *Estudios Sociales*, Año VI, número 11, Argentina, 1996 (p.9-21).

MARX, Karl. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857-1858*, Volumen I. México: Siglo XXI Editores, 1971.

PERRY, Guillermo y BURKI, Shahid Javed. *La Larga Marcha: una agenda de reformas para la próxima década en América Latina y el Caribe* (1996). Washington, Banco Mundial, 1998.

SELOWSKY, Marcelo. "Stages in the Recovery of Latin America's Growth" in *Finance and Development*, July, 1990.

O "Pós-Neoliberalismo" e a Reconfiguração do Capitalismo na América Latina

Resumo

Hoje causa perplexidade que a direita tenha conquistado apoio entre setores populares e de classe média na América Latina, mesmo em países onde governos de esquerda e centro-esquerda melhoraram sua renda e suas condições de vida. Mas o avanço de ideias e práticas sociais conservadoras não é tão recente, nem surgiu por geração espontânea. Há 10 anos fiz o alerta – como pode ser visto neste artigo agora publicado em português – que a estratégia dos dominantes, implantada desde a década de 1990 para estabilizar a reestruturação capitalista, vinha tendo sucesso na construção de uma nova hegemonia burguesa. A estratégia dominante ganhou legitimidade porque foi apresentada como "anti-neoliberal" ou "pós-neoliberal", após ter imposto uma noção falsificada sobre o "neoliberalismo" e depois de se apropriar do léxico do chamado pensamento crítico. A estratégia estabilizadora teve como um de seus eixos uma profunda reconfiguração da sociedade, apresentando-se como ideias e políticas "progressistas" elaboradas pelo neoconservadorismo desde os anos 1980. Esse "pós-neoliberalismo" elaborado a partir do sistema influenciou governos de esquerda em diferentes graus, mas se tornou o "mainstream" nas ciências sociais na América Latina.

Palavras-chave: Pós-neoliberalismo – Reestruturação capitalista – Reconfiguração do Estado e da sociedade

El "Posneoliberalismo" y la Reconfiguración del Capitalismo en América Latina

Resumen

Hoy produce perplejidad que la derecha haya conquistado apoyos entre sectores populares y de clase media en América Latina, incluso en países donde gobiernos de izquierda y centroizquierda



habían mejorado sus ingresos y condiciones de vida. Pero el avance de las ideas y prácticas sociales conservadoras no son tan recientes ni han surgido por generación espontánea. Hace 10 años hice la advertencia –como se observa en este trabajo que ahora se publica en portugués– de que la estrategia de los dominantes desplegada desde la década de 1990 para estabilizar la reestructuración capitalista estaba mostrando éxitos en construir una nueva hegemonía burguesa. La estrategia dominante ganó legitimidad porque fue presentada como “anti-neoliberal” o “post-neoliberal”, tras haber impuesto una noción falsificada sobre el “neoliberalismo”, y tras apropiarse del léxico del llamado pensamiento crítico. La estrategia estabilizadora tuvo como uno de sus ejes una profunda reconfiguración de la sociedad, presentando como “progresistas” ideas y políticas elaboradas por el neoconservadurismo desde los años 1980. Ese “posneoliberalismo” elaborado desde el sistema influyó en grados distintos sobre los gobiernos de izquierda, pero llegó a ser el “mainstream” en las ciencias sociales en América Latina.

Palabras clave: Posneoliberalismo – Reestructuración capitalista – Reconfiguración Estado y sociedad

“Post-Neoliberalism” and the Reconfiguration of Capitalism in Latin America

Abstract

Today it is perplexing that the right wing has won support among popular and middle class sectors in Latin America, even in countries where left and center-left governments had improved their income and living conditions. But the advance of conservative social ideas and practices are not so recent nor have they arisen by spontaneous generation. 10 years ago I made the warning - as can be seen in this paper that is now published in Portuguese - that the strategy of the dominant, deployed since the 1990s to stabilize capitalist restructuring, was showing success in building a new bourgeois hegemony. The dominant strategy gained legitimacy because it was presented as “anti-neoliberal” or “post-neoliberal”, after having imposed a falsified notion about “neoliberalism”, and after appropriating the lexicon of so-called critical thinking. The stabilizing strategy had as one of its axes a profound reconfiguration of society, presenting as “progressive” ideas and policies elaborated by neo-conservatism since the 1980s. That “post-neoliberalism” elaborated from the system influenced left governments to different degrees, but it became the “mainstream” in the social sciences in Latin America.

Keywords: Post-neoliberalism – Capitalist restructuring – Reconfiguration State and society.